



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

I – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Maguila estava muito feliz por ter conseguido um emprego de pedreiro em uma importante obra, na belíssima cidade de Cariacica-ES. Logo na primeira semana no novo posto de trabalho, para mostrar serviço ao engenheiro da obra, ao invés de descer os sacos de cimento pelo elevador, decidiu arremessá-los do primeiro andar diretamente no térreo. O primeiro saco arremessado caiu como uma luva na caçamba do caminhão designado para esse transporte; o segundo saco de cimento arremessado por Maguila caiu antes do caminhão, no pé esquerdo de Nádia, que passava pelo local. Os 50 quilos de cimento deram causa à fratura dos 26 ossos do pé da vítima, constatação feita no Hospital da cidade. Pela inobservância de regra técnica de profissão, o pedreiro foi denunciado e, ao final condenado pelo Juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cariacica, à pena máxima do crime a ele imputado, para servir de exemplo aos demais pedreiros da obra (art. 129, §§ 6º e 7º do Código Penal). Na dosimetria da pena, o juiz utilizou a gravidade da lesão da vítima e o fato de Maguila já ter feito uma transação penal dois anos antes pelo crime de porte de drogas para consumo pessoal, para aumentar a pena-base do réu; na segunda fase da dosimetria da pena, o magistrado aumentou a reprimenda por força da embriaguez preordenada, pois naquele dia Maguila tomou uma cerveja na hora do almoço; na última fase da dosimetria, confirmou a causa de aumento indicada na denúncia do *Parquet*, aumentando em 1/3 a pena do réu pela inobservância de regra técnica de profissão. Para o início do cumprimento da pena, por força da transação penal anterior, o juiz designou o regime fechado e, por força dessa reincidência, não substituiu a pena de prisão por restritiva de direitos e nem concedeu ao réu o sursis, expedindo mandado de prisão para início imediato de cumprimento de pena. Sabendo que a intimação da sentença condenatória se deu no dia 29.11.2023 (quarta-feira), redija a peça cabível, privativa de advogado, sustentando as teses jurídicas pertinentes, datando-a no último dia do prazo.

Obs: não será aceita como resposta a impetração de habeas corpus ou a oposição de embargos de declaração.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Magalhães é motorista de aplicativo. Para aumentar o seu faturamento, decide dormir dia sim, dia não. Após 4 dias tentando se adaptar ao seu novo sistema, dorme no volante e atropela Fifi, dançarina de hula-hula que se apresentava na calçada da Avenida Paulista. Fifi tem o fêmur fraturado e o motorista é preso em flagrante, mesmo tendo descido do carro e prestado socorro. A respeito da situação narrada, responda aos itens a seguir:

- A) Magalhães praticou algum crime ou poder-se-ia falar em caso fortuito por conta do sono? Justifique a sua resposta.
- B) Após o encerramento do inquérito policial, qual será o benefício processual cabível para Magalhães? Fundamente e justifique sua resposta.
- C) A prisão efetuada no local do sinistro foi lícita? Fundamente e justifique sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Em 9 de março de 2020, Rogério, primário e de bons antecedentes, praticou o crime de receptação (art. 180 do CP) e, após regular trâmite, foi, em 10 de abril de 2021, definitivamente condenado a 6 anos de reclusão em regime fechado. Após diligências, o Estado logrou êxito em localizar o condenado e Rogério iniciou o cumprimento efetivo de sua pena no dia 25 de outubro de 2021. Logo no dia seguinte, Rogério agrediu um companheiro de cela e foi punido, após regular trâmite disciplinar, com falta grave. Em 25 de novembro de 2023, a mãe de Rogério procura você, em seu escritório, para uma consulta, em busca de melhores situações para seu filho. Considerando somente as informações fornecidas pelo enunciado, responda aos seguintes questionamentos da genitora de Rogério:

- a) Por força da falta grave, Rogério voltará a ter o status de bom comportamento carcerário em seu prontuário disciplinar? Fundamente e justifique a sua resposta.
- b) Em relação ao critério objetivo, Rogério já possui o tempo de pena cumprida necessária para requerer a progressão de regime? Fundamente a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Vânia, nascida em meados de 2005, logo chamou a atenção de todos pela sua inteligência, na pequena Comarca de Troncão. Como nunca houve concurso público para perito oficial na comarca, não demrou para Cíntia, Juíza da Vara Única da Comarca nomear Vânia para atuar como perita em casos criminais complexos da cidade. Com laudos periciais impecáveis, Vânia autou como perita nomeada de 2020 a 2023, em centenas de laudos. Em 4 de junho de 2023, Maria Clara, professora, é flagrada por alunos estuprando Richard no banheiro da Faculdade e é presa em flagrante. A vítima, com 35 anos da idade, afirmou que foi coagido a aceitar o ato com uma faca no pescoço. As marcas de violência foram documentadas pela polícia e Vânia foi chamada para fazer o exame de corpo de delito. Na condição de advogado(a) de Maria Clara, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

- A) Qual é a tese de direito processual apta a reconhecer a ilicitude do laudo pericial feito por Vânia? Justifique e fundamente a sua resposta.
- B) Poder-se-ia pedir, no caso concreto, a desclassificação do estupro para assédio sexual, por força da subordinação existente entre agressor sexual e vítima? Justifique a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Pedro, Álvaro e Carlos praticaram, sem unidade de desígnios, furtos em um supermercado, na noite de segunda-feira, dia 27.11.2023. Todos foram presos em flagrante e conduzidos até a Delegacia de Polícia para a lavratura do auto de prisão em flagrante. Após o trâmite regular do inquérito policial, apurou-se que Pedro já havia sido beneficiado com proposta de transação penal, integralmente cumprida, em 2017; Álvaro possuía uma condenação criminal definitiva por furto, com trânsito em julgado em 2020; e Carlos nunca havia se envolvido em nenhuma situação criminal pretérita. Diante desse cenário, responda os itens a seguir:

A) Quem terá direito a receber do Ministério Público uma proposta de transação penal? Fundamente sua resposta.

B) Qual(is) dos presos adquiriu o status de reincidente ao cometer o furto de 2023? Justifique sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

